

# EIXO[SP]



*Relatório da Administração*

# 3T22



Itirapina, 11 de novembro de 2022.

*É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no período do 3º trimestre de 2022.*

*Realizamos a comparação do resultado do período de 2022 com 2021, porém, ressalta-se que é preciso levar em consideração que a Companhia iniciou a operação de 16 novas praças de pedágio no segundo semestre de 2021, de modo a evitar interpretações errôneas.*

*As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.*

## Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.



a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia.

Continuamos mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão.

c) Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão:

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

# DESEMPENHO OPERACIONAL

## RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	01/07/2022 a 30/09/2022		01/07/2021 a 30/09/2021		▲		01/01/2022 a 30/09/2022		01/01/2021 a 30/09/2021		▲	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
<b>VEPs<sup>1</sup></b>	<b>16.051</b>	<b>14.792</b>	<b>14.599</b>	<b>9.821</b>	<b>10%</b>	<b>51%</b>	<b>45.449</b>	<b>42.327</b>	<b>41.441</b>	<b>9.821</b>	<b>10%</b>	<b>331%</b>
Veículos Leves	5.380	6.677	4.770	4.304	13%	55%	15.228	19.320	12.879	4.304	18%	349%
Veículos Pesados	10.671	8.115	9.829	5.517	9%	47%	30.221	23.008	28.563	5.517	6%	317%
<b>Tráfego<sup>2</sup></b>	<b>8.056</b>	<b>9.039</b>	<b>7.310</b>	<b>5.925</b>	<b>10%</b>	<b>53%</b>	<b>30.430</b>	<b>34.831</b>	<b>20.171</b>	<b>5.925</b>	<b>51%</b>	<b>488%</b>
Veículos Leves	5.439	6.798	4.849	4.417	12%	54%	20.510	26.347	13.127	4.417	56%	496%
Veículos Pesados	2.525	2.061	2.389	1.406	6%	47%	9.679	8.005	6.893	1.406	40%	469%
Veículos Isentos	91	181	72	102	27%	77%	242	479	152	102	59%	370%
<b>Tarifa Média (R\$)</b>	<b>8,39</b>	<b>7,14</b>	<b>7,52</b>	<b>6,40</b>	<b>12%</b>	<b>12%</b>	<b>7,89</b>	<b>6,73</b>	<b>7,25</b>	<b>6,40</b>	<b>9%</b>	<b>5%</b>

<sup>1</sup> VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

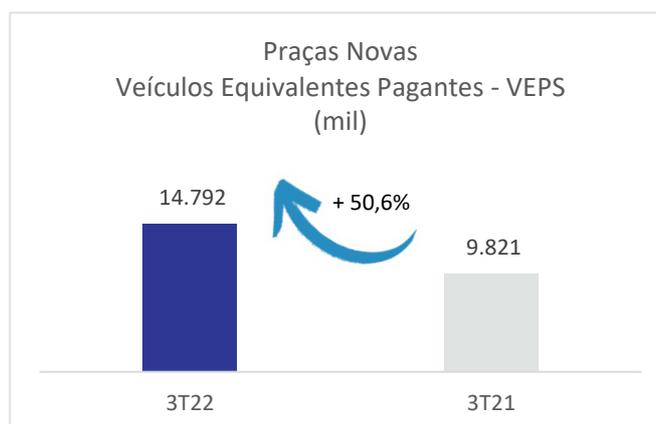
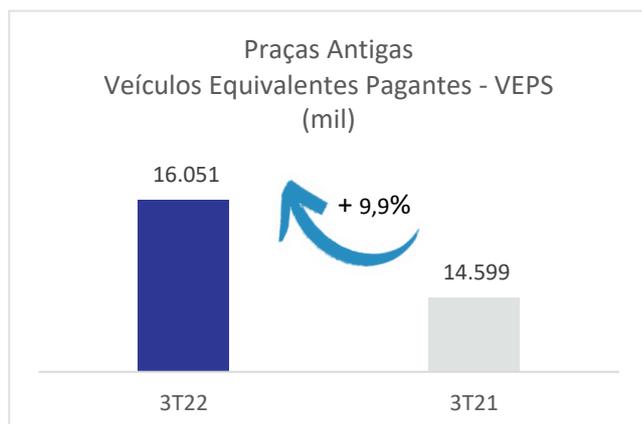
<sup>2</sup> Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas praças de pedágio da Companhia.

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado <sup>1,2</sup>	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Período (Jul-Set/22 sobre Jul-Set/21): Brasil	6,0%	3,0%	5,2%
Acumulado no Ano (Jan-Set/22 sobre Jan-Set/21): Brasil	9,9%	2,6%	8,1%

<sup>1</sup> Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

<sup>2</sup> Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 8,1% no fluxo total de veículos no período de 2022, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 9,9% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.



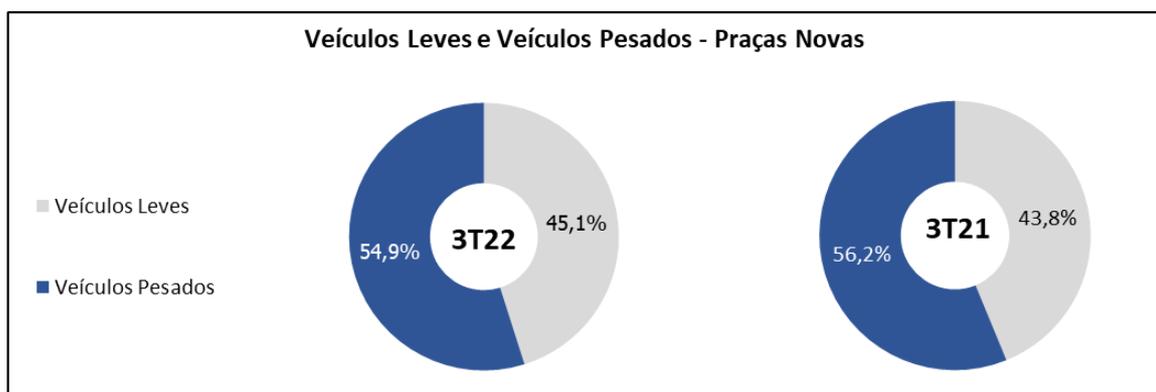
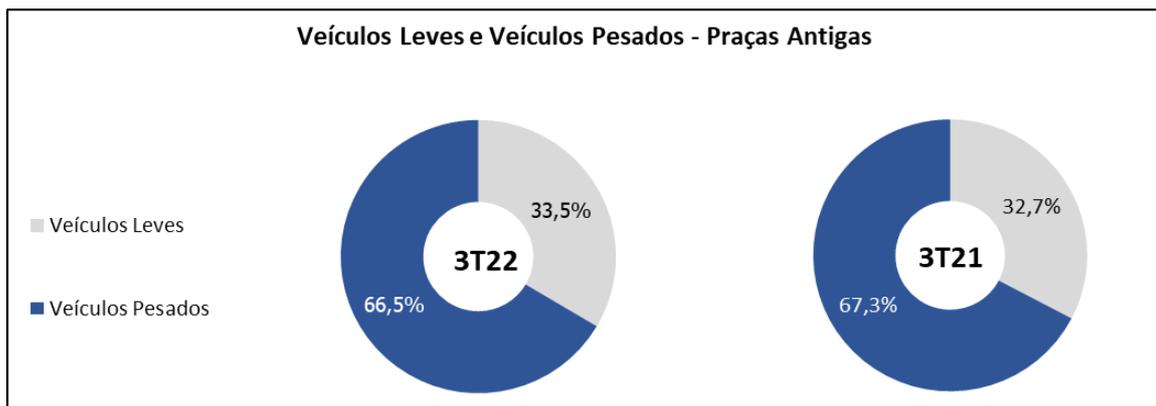
No terceiro trimestre de 2022, as 5 praças de pedágio da EIXO registraram 16 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 9,9% na comparação com o mesmo período de 2021 (somente para praças antigas - ex Centrovias).

Quando comparado o tráfego total do período de 2022 com 2021 demonstra-se um aumento expressivo dos veículos equivalentes, exclusivamente pelo fato do início de operação de 16 novas praças de pedágio, sendo estas iniciando as suas operações no segundo semestre de 2021, conforme cronograma abaixo:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho; e
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto; e
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro.

A performance de veículos pesados – neste terceiro trimestre - representa cerca de 60,9% do tráfego total<sup>1</sup> (62,8% do tráfego em 2021) e apresentaram um aumento de 22,4% no período comparativo. Da mesma forma em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 32,9% no mesmo período comparado a 2021. Apesar do aumento no tráfego comparativo, todo o tráfego de veículos pesados e leves nas rodovias administradas pela EIXO ainda sofrem com os efeitos da COVID-19.

O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.



<sup>1</sup> Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs somente das praças de pedágio antigas.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

## RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
<b>Receita Bruta</b>	<b>364.189</b>	<b>282.237</b>	<b>29%</b>	<b>944.155</b>	<b>1.063.647</b>	<b>-11%</b>
Receita com Pedágio <sup>1</sup>	241.987	173.869	39%	648.311	365.537	77%
Receitas Acessórias	1.932	359	438%	3.567	1.826	95%
Receita de Construção (IFRS)	120.270	108.009	11%	292.277	696.284	-58%
<b>Receita Bruta Ajustada<sup>2</sup></b>	<b>243.920</b>	<b>174.228</b>	<b>40%</b>	<b>651.878</b>	<b>367.363</b>	<b>77%</b>
Deduções da Receita Bruta	(21.002)	(15.031)	40%	(56.149)	(31.687)	77%
<b>Receita Líquida Ajustada<sup>2</sup></b>	<b>222.917</b>	<b>159.197</b>	<b>40%</b>	<b>595.729</b>	<b>335.676</b>	<b>77%</b>

<sup>1</sup> A operação das praças de pedágio no ano de 2020 iniciou-se em 03/06, com 5 praças de pedágio. No ano de 2021 entraram em operação 16 novas praças entre os meses de julho e outubro.

<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

## CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Pessoal	(16.453)	(12.456)	32%	(55.333)	(28.917)	91%
Conservação e Manutenção	(12.364)	(33.508)	-63%	(51.204)	(46.149)	11%
Serviços de Terceiros	(14.345)	(13.253)	8%	(43.282)	(35.947)	20%
Seguros	(1.309)	(751)	74%	(3.486)	(4.244)	-18%
Outros Custos Operacionais	(3.500)	(2.506)	40%	(13.082)	(6.278)	108%
Despesas Administrativas	(8.252)	(8.456)	-2%	(22.154)	(26.210)	-15%
<b>Custos e Despesas Administráveis</b>	<b>(56.223)</b>	<b>(70.930)</b>	<b>-21%</b>	<b>(188.541)</b>	<b>(147.745)</b>	<b>28%</b>
Ônus de Fiscalização e Variável	(20.611)	(16.984)	21%	(55.071)	(19.879)	177%
Depreciação e Amortização	(37.107)	(25.325)	47%	(103.084)	(65.865)	57%
Provisão para Contingências	(352)	(170)	107%	(5.064)	(608)	733%
<b>Custos e Despesas Operacionais Ajustados<sup>1</sup></b>	<b>(114.293)</b>	<b>(113.409)</b>	<b>1%</b>	<b>(351.760)</b>	<b>(234.097)</b>	<b>50%</b>
Custo de Construção (IFRS)	(120.270)	(108.009)	11%	(292.277)	(696.284)	-58%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(26.070)	(26.070)	0%	(78.210)	(34.760)	125%
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(260.633)</b>	<b>(247.488)</b>	<b>5%</b>	<b>(722.247)</b>	<b>(965.141)</b>	<b>-25%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.



## Composição dos Custos e Despesas Administráveis

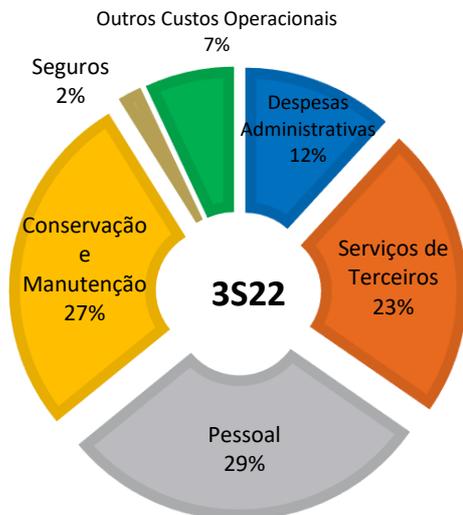
Período de 01/07/2022 a 30/09/2022



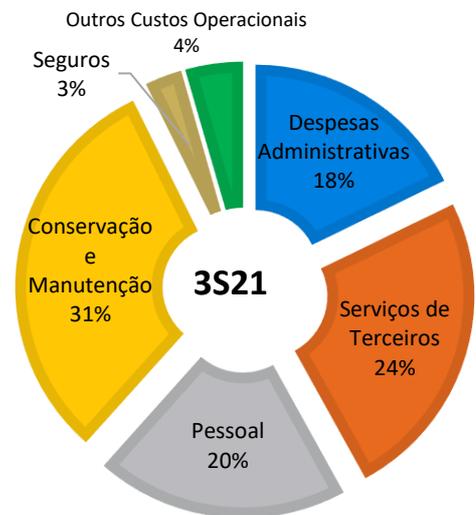
Período de 01/07/2021 a 30/09/2021



Período de 01/01/2022 a 30/09/2022



Período de 01/01/2021 a 30/09/2021



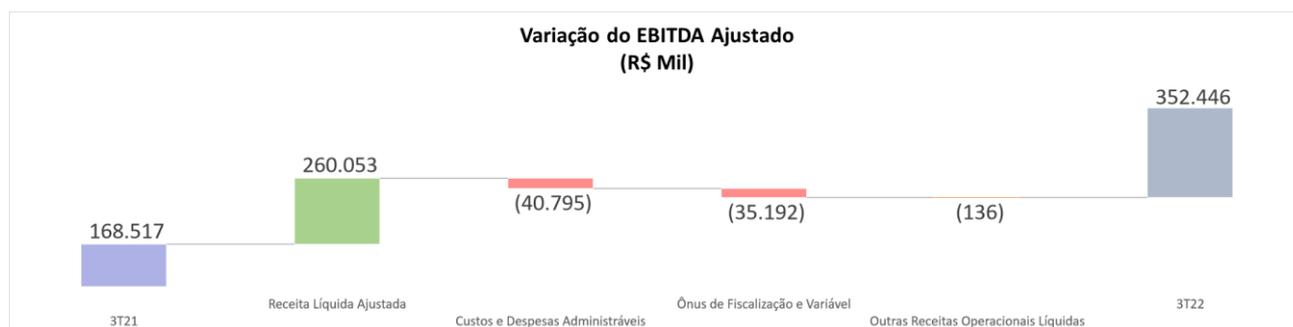
Os Custos e Despesas Administráveis estão em linha com o *budget* da EIXO.

## EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Lucro (prejuízo) Líquido	20.556	399	5045,8%	4.010	17.117	-76,6%
Resultado Financeiro Líquido	20.821	26.072	-20,1%	136.094	55.250	146,3%
IRPJ & CSLL	41.295	(6.495)	-735,8%	25.984	(5.083)	-611,2%
Depreciação & Amortização	37.107	25.325	46,5%	103.084	65.865	56,5%
<b>EBITDA ICVM 527</b>	<b>119.779</b>	<b>45.301</b>	<b>164,4%</b>	<b>269.172</b>	<b>133.149</b>	<b>102,2%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>34,90%</b>	<b>16,95%</b>	<b>105,9%</b>	<b>30,31%</b>	<b>12,90%</b>	<b>134,9%</b>
Receita de Construção (IFRS)	(120.270)	(108.009)	11,4%	(292.277)	(696.284)	-58,0%
Custo de Construção (IFRS)	120.270	108.009	11,4%	292.277	696.284	-58,0%
Provisão de Manutenção (IFRS)	26.070	26.070	0,0%	78.210	34.760	125,0%
Provisão para Contingências	352	170	107,2%	5.064	608	732,9%
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>146.201</b>	<b>71.541</b>	<b>104,4%</b>	<b>352.446</b>	<b>168.517</b>	<b>109,1%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>65,6%</b>	<b>44,9%</b>	<b>45,9%</b>	<b>59,2%</b>	<b>50,2%</b>	<b>17,8%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 352,4 milhões no período de 2022, um aumento de 109,1% em relação ao mesmo período de 2021, da mesma forma a Margem EBITDA Ajustada aumentou 17,8%. O aumento no EBITDA Ajustado foi ocasionado pela entrada em operação de 16 novas praças de pedágio. O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.



## RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(20.821)</b>	<b>(26.072)</b>	<b>-20%</b>	<b>(136.094)</b>	<b>(55.250)</b>	<b>146%</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>6.453</b>	<b>2.447</b>	<b>164%</b>	<b>18.524</b>	<b>4.141</b>	<b>347%</b>
Provisão para manutenção - AVP	1.409	1.512	-7%	8.167	2.546	221%
Receita de aplicações financeiras	5.007	401	1149%	10.267	980	948%
Outros	38	534	-93%	90	616	-85%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(27.274)</b>	<b>(28.519)</b>	<b>-4%</b>	<b>(154.617)</b>	<b>(59.391)</b>	<b>160%</b>
Juros e variação monetária sobre Emprést./Debêntures	(11.543)	(22.147)	-48%	(98.321)	(48.034)	105%
Provisão manutenção - Atualização pela inflação	(4.347)	-	-	(22.116)	-	-
Amortização custos com emissão de Emprést./Debêntures	(10.313)	(4.938)	109%	(14.181)	(9.012)	57%
Atualização processos judiciais	(170)	-	-	(594)	-	-
Outros	(901)	(1.434)	-37%	(19.406)	(2.345)	728%

Inflação e Juros	30/09/2022	30/09/2021	▲
IPCA Últimos 12 Meses	7,17%	10,25%	-30%
IPCA - Projeção Ano Corrente / Realizado Ano Anterior	5,74%	8,45%	-32%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	13,65%	6,15%	122%

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>  
[http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series\\_v05/paginas/lum\\_web\\_v05\\_template\\_informacoes\\_di.asp?str\\_Modulo=completo&int\\_Idioma=1&int\\_Titulo=6&int\\_NivelBD=2](http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v05_template_informacoes_di.asp?str_Modulo=completo&int_Idioma=1&int_Titulo=6&int_NivelBD=2)

## RESULTADO DO PERÍODO

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Lucro (Prejuízo) do Período	20.556	399	5046%	4.010	17.117	-77%





## DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) <sup>1</sup>	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.679.354</b>	<b>1.339.107</b>	<b>25%</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>7.326</b>	<b>4.980</b>	<b>47%</b>
Empréstimos e Financiamentos	1.608	1.031	56%
Debêntures	5.718	3.949	45%
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.672.028</b>	<b>1.334.127</b>	<b>25%</b>
Empréstimos e Financiamentos	716.332	459.150	56%
Debêntures	955.696	874.977	9%
<b>Disponibilidades</b>	<b>271.668</b>	<b>152.775</b>	<b>78%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	232.709	138.900	68%
Aplicações Financeiras Vinculadas	38.959	13.875	181%
<b>Dívida Líquida Ajustada</b>	<b>1.407.686</b>	<b>1.186.332</b>	<b>19%</b>

<sup>1</sup> A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA.

## PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
<b>Investimento Total</b>	<b>2.553.754</b>	<b>2.268.906</b>	<b>13%</b>
<b>Imobilizado</b>	42.259	10.966	285%
<b>Intangível</b>	<b>2.511.495</b>	<b>2.257.940</b>	<b>11%</b>
Direito de Concessão (Investimento)	2.503.164	2.237.883	12%
Direito de Uso	8.331	20.057	-58%

Os investimentos realizados em 2022 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de sa em edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, projetos de duplicação, vias marginais, PGF's, parada de ônibus, entre outros.

## SOBRE A COMPANHIA

### A EIXO



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do

Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021;
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021;
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (wi-fi) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
<b>Receita Bruta</b>	<b>364.189</b>	<b>282.237</b>	<b>29%</b>	<b>944.155</b>	<b>1.063.647</b>	<b>-11%</b>
Receitas com Pedágio	241.987	173.869	39%	648.311	365.537	77%
Receitas Acessórias	1.932	359	438%	3.567	1.826	95%
Receita de Construção (IFRS)	120.270	108.009	11%	292.277	696.284	-58%
Deduções da Receita	(21.002)	(15.031)	40%	(56.149)	(31.687)	77%
<b>Receita Líquida</b>	<b>343.187</b>	<b>267.206</b>	<b>28%</b>	<b>888.006</b>	<b>1.031.960</b>	<b>-14%</b>
<b>Custos &amp; Despesas + Outras Receitas Operacionais Líquidas</b>	<b>(260.516)</b>	<b>(247.230)</b>	<b>5%</b>	<b>(721.918)</b>	<b>(964.676)</b>	<b>-25%</b>
Pessoal	(16.453)	(12.456)	32%	(55.333)	(28.917)	91%
Conservação & Manutenção	(12.364)	(33.508)	-63%	(51.204)	(46.149)	11%
Serviços de Terceiros	(14.345)	(13.253)	8%	(43.282)	(35.947)	20%
Seguros	(1.309)	(751)	74%	(3.486)	(4.244)	-18%
Outros Custos Operacionais	(3.500)	(2.506)	40%	(13.082)	(6.278)	108%
Ônus de Fiscalização	(20.611)	(16.984)	21%	(55.071)	(19.879)	177%
Despesas Administrativas	(8.252)	(8.456)	-2%	(22.154)	(26.210)	-15%
Provisão para Contingências	(352)	(170)	107%	(5.064)	(608)	733%
Custos de Construção (IFRS)	(120.270)	(108.009)	11%	(292.277)	(696.284)	-58%
Provisão para manutenção	(26.070)	(26.070)	0%	(78.210)	(34.760)	125%
Depreciação & Amortização	(37.107)	(25.325)	47%	(103.084)	(65.865)	57%
Outras receitas operacionais líquidas	117	258	-55%	329	465	-29%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>82.671</b>	<b>19.976</b>	<b>314%</b>	<b>166.088</b>	<b>67.284</b>	<b>147%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(20.820)</b>	<b>(26.072)</b>	<b>-20%</b>	<b>(136.094)</b>	<b>(55.250)</b>	<b>146%</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>6.454</b>	<b>2.447</b>	<b>164%</b>	<b>18.524</b>	<b>4.141</b>	<b>347%</b>
Provisão para manutenção - AVP	1.409	1.512	-7%	8.167	2.546	221%
Receita de aplicações financeiras	5.007	401	1149%	10.267	980	948%
Outros	38	534	-93%	90	616	-85%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(27.274)</b>	<b>(28.519)</b>	<b>-4%</b>	<b>(154.617)</b>	<b>(59.391)</b>	<b>160%</b>
Juros e variação monetária sobre Emprést./Debêntures	(11.543)	(22.147)	-48%	(98.321)	(48.034)	105%
Provisão manutenção - Atualização pela inflação	(4.347)	-	-	(22.116)	-	-
Amortização custos com emissão de Emprést./Debêntures	(10.313)	(4.938)	109%	(14.181)	(9.012)	57%
Atualização processos judiciais	(170)	-	-	(594)	-	-
Outros	(901)	(1.434)	-37%	(19.406)	(2.345)	728%
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>61.851</b>	<b>(6.096)</b>	<b>-1115%</b>	<b>29.994</b>	<b>12.034</b>	<b>149%</b>
<b>IRPJ &amp; CSLL</b>	<b>(41.295)</b>	<b>6.495</b>	<b>-736%</b>	<b>(25.984)</b>	<b>5.083</b>	<b>-611%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(24.551)	(608)	3938%	(31.555)	(5.073)	522%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(16.744)	7.103	-336%	5.571	10.156	-45%
<b>Lucro (Prejuízo) do Período</b>	<b>20.556</b>	<b>399</b>	<b>5046%</b>	<b>4.010</b>	<b>17.117</b>	<b>-77%</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	30/09/2022	31/12/2021	Passivo (R\$ Mil)	30/09/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Passivo Circulante</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	232.709	284.561	Fornecedores	41.863	54.276
Aplicações financeiras vinculadas	19.202	8.270	Empréstimos e financiamentos	1.608	1.658
Créditos a Receber	56.922	46.060	Debêntures	5.718	869
Estoques	4.615	3.005	Credor pela concessão	27.512	13.190
Adiantamentos a Fornecedores	3.021	1.945	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	17.060	13.041
Despesas Antecipadas	4.393	2.546	Impostos, taxas e contribuições	14.426	13.771
Impostos a Recuperar	2.653	2.911	Adiantamento de clientes	624	2.019
Outros Ativos	88	345	Seguros e garantias	2.360	149
Partes relacionadas	146	200	Passivo de arrendamento	2.679	7.361
<b>Total do Circulante</b>	<b>323.749</b>	<b>349.843</b>	Partes relacionadas	1.974	2.345
<b>Ativo Não Circulante</b>			Provisão para manutenção	98.460	1.111
Aplicações financeiras vinculadas	19.757	15.286	Outras contas a pagar	597	369
Impostos Diferidos	28.862	23.291	<b>Total do Circulante</b>	<b>214.881</b>	<b>110.159</b>
Depósitos judiciais	145	140	<b>Passivo Não Circulante</b>		
Imobilizado	42.259	34.779	Empréstimos e financiamentos	679.557	628.673
Intangível	2.503.164	2.279.080	Debêntures	946.328	889.243
Direito de Uso	8.331	12.400	Passivo de arrendamento	5.649	5.456
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>2.602.518</b>	<b>2.364.976</b>	Provisão para riscos processuais	6.913	1.254
			Provisão para manutenção	47.238	58.343
			Dividendos	492	492
			<b>Total do Não Circulante</b>	<b>1.686.177</b>	<b>1.583.461</b>
			<b>Total do Passivo</b>	<b>1.901.058</b>	<b>1.693.620</b>
			<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Capital Social	969.857	969.857
			Reserva Legal	2.592	2.592
			Reserva de Lucros	52.760	48.750
			Total do Patrimônio Líquido	1.025.209	1.021.199
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.926.267</b>	<b>2.714.819</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>2.926.267</b>	<b>2.714.819</b>

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.